

**ANJ**

 ASSOCIAÇÃO  
 NACIONAL DE JORNALIS

**IVZ**

 INSTITUTO VERIFICADOR  
 DE JORNALIS

 SISTEMA A TRIBUNA  
 DE COMUNICAÇÃO


120 ANOS

**ATRIBUNA**

 FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894  
 M. Nascimento Jr. (1909-1959)  
 Giusfredo Santini (1959-1990)  
 Roberto Mário Santini (1990-2007)

**MARCOS CLEMENTE SANTINI**  
 Diretor-Presidente

**ROBERTO CLEMENTE SANTINI**  
 Diretor-Vice-Presidente

**RENATA SANTINI CYPRIANO**  
 Diretora de Marketing

**FLAVIA CLEMENTE SANTINI**  
 Diretora de Circulação

**PAULO NAEF**  
 Diretor-Superintendente

**CARLOS CONDE**  
 Editor-Chefe

**MÁRCIO DELFIM LEITE SOARES**  
 Gerente Comercial e Marketing

**MARCO ANTONIO DA COSTA**  
 Gerente Industrial

# Mobilidade Urbana como prioridade

A expressão “mobilidade urbana” é nova. Era pouco utilizada para designar o conjunto de intervenções relativas aos deslocamentos e à logística das cidades. Hoje, porém, é cada vez mais claro que cuidar da mobilidade tornou-se prioridade.

Não se trata de discutir apenas o transporte coletivo, ou seja, a quantidade e qualidade dos veículos, a frequência e horário das linhas, o trabalho e a atenção dos motoristas. Também não se resume a problemas clássicos de trânsito, como fluxo, semáforos, congestionamentos. A abordagem que hoje se coloca é distinta: essas questões estão contempladas, mas amplia-se o leque para outros temas, como a logística regional, os corredores de ônibus, a prioridade ao transporte público.

Nos centros urbanos do país as dificuldades que as pessoas encontram para se deslocar são imensas. Da casa para o trabalho são horas e horas de sofrimento e angústia, dentro de ônibus lotados, em trajetos longos e congestionados. E perde-se um precioso tempo para fazer qualquer viagem dentro das cidades. O resultado disso é o cansaço, o estresse, a irritação constante que atingem motoristas e passageiros, além de causar grandes prejuízos à economia, uma vez que a rapidez nas entregas e o acesso aos pontos de descarga é elemento fundamental para o sucesso de qualquer negócio.

A recente pesquisa realizada pelo IPAT – Instituto de Pesquisas *A Tri-*

*buna* com os moradores de Santos sobre a questão revela pontos importantes. Mostra que a população está atenta ao problema, mas fica claro que, nos últimos vinte anos, pouco foi feito. Quase 80% dos entrevistados não souberam indicar uma única obra que tivesse melhorado o transporte, circulação e trânsito na cidade.

Quando são apresentadas oito intervenções de mobilidade urbana em Santos e região, os moradores reagem positivamente: todas elas são consideradas, pela maioria, como muito importantes ou importantes. Em primeiro plano estão duas grandes obras: o túnel Santos-Guarujá e o Veículo Leve sobre Trilhos, mas merecem destaque também a entrada da Cidade, o túnel para a Zona Noroeste e as ciclovias. Estas, que apareceram como a obra de mobilidade mais significativa dos últimos vinte anos, são valorizadas pela população e merecem a atenção dos administradores.

O transporte coletivo merece cuidado, já que 70% da população responderam utilizá-lo. Ele faz parte do cotidiano das pessoas e precisa ser eficiente, confortável, ágil. Vale ainda observar que, entre vários serviços urbanos, os três que apresentam problemas mais sérios são enchentes, trânsito e calçadas. Trânsito é evidente problema de mobilidade, mas surpreende que os moradores indiquem também calçadas como dificuldade grave. Por elas circulam todas as pessoas, todos os dias. Logo, sua conservação é absolutamente essencial.

# A lei, ora a lei

A famosa frase de Getúlio Vargas, “A lei, ora a lei”, continua viva e emblemática no Brasil. Revela o desdenho histórico que a cultura nacional dedica ao cumprimento das normas, não importa quais sejam ou seu alcance. O esporte favorito dos brasileiros é desprezar os mandamentos legais, ou descobrir formas de driblar seu cumprimento estrito. A esperteza e o sucesso nessa empreitada são vistos como feitos que alguém acumula em sua carreira ou experiência pessoal.

Há, no entanto, efeitos perversos nessa conduta. Existe uma relação direta entre as leis e as instituições nacionais: quanto mais as leis são aplicadas, melhores são as instituições. O inverso é também verdadeiro: leis violadas e desprestigiadas implicam em degeneração institucional.

Vale lembrar que instituições são as regras do jogo, e, portanto, fundamentais para a realização dos negócios e da atividade econômica. Se elas são fracas ou inexistentes, o ambiente está comprometido, e assim investimentos acabam não acontecendo e migrando para outros locais. Vários estudos demonstram que as instituições são essenciais para o desenvolvimento de um país. Nações que foram capazes de desenvolver mecanismos institucionais – direito de propriedade, sistema legal que funciona, governos responsáveis e controlados pela sociedade, abertura de oportunidades para que todos possam ter acesso às oportunidades economi-

cas – são aqueles que têm mais chances de alcançar bom grau de desenvolvimento econômico.

O sucesso de um país é menos influenciado, portanto, por outros fatores, como cultura, geografia, clima. A construção institucional é chave para o êxito. Infelizmente, o Brasil não parece ainda ter percebido isso de maneira integral. A sociedade como um todo descumpra a lei, vista como algo sem voz, sem papel, sem força. Não se trata, é claro, de superestimar a função legal em detrimento de fatores objetivos, mas sim de observar que, sem o cumprimento das normas por todos, nenhuma sociedade desenvolverá a necessária coesão e estabilidade para permitir avanços e conquistas políticas, sociais ou econômicas.

Uma consequência desse estado de coisas é o elevado número de litígios judiciais. Ao contrário de representar a força do sistema legal, revela a fragilidade institucional da lei: as pessoas precisam recorrer ao Judiciário várias vezes para fazer valer seus direitos, já que as normas em si não os garantem ou propiciam condições para sua efetivação.

Parece simples, mas não é percebido como tal: se todos cumprirem as regras estabelecidas, haverá ganhos generalizados. A postura de furar a fila, sonegar impostos, não cumprir, enfim, a lei revela falsa esperteza. Enganam-se os que pensam ganhar com ela: o fato é que todos, sem exceção, acabam prejudicados, principalmente os espertos.

## Do leitor

As cartas enviadas à *Tribuna do Leitor* devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

**E-MAIL**  
 leitor@atribuna.com.br

**ATENDIMENTO AO LEITOR**  
 Telefone: 0800-727 7710

**REDAÇÃO**  
 Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos,  
 São Paulo. CEP 11013-900

## São Vicente

Em resposta ao sr. Wilson Verta (edição 3/11), lembro que o nome do sr. Verta veio a público em *A Tribuna* na gestão do prefeito Luca, como Marajá, por ser funcionário que ganhava mais que o prefeito. Ocupou cargos em comissão ligados à arrecadação. Foi da cozinha do poder por anos, quando São Vicente mergulhou em escândalos (caso R\$ 90 milhões, terrenos incorporados ao patrimônio de servidores). Ao assumir mudei sistemas viciados, saltando de uma receita de R\$ 68 para R\$ 500 milhões; de 14 para 65 mil alunos na rede de ensino e de 6 para 65 creches. Deixei a Prefeitura com 472 cargos em comissão, metade ocupados por servidores de carreira. Implantei a Caixa de Saúde e Previdência e o Plano de Carreira. Aprovei, com a Câmara, a Previdência Municipal e tive as contas aprovadas. Fui reeleito com 93,1% dos votos. Deixei o segundo governo com 94,3% de aprovação, segundo o IPAT/*A Tribuna*. Os cargos que ocupei em São Vicente foram pelo voto e nunca por apadrinhamento. Discordo dele e respeito seu direito de crítica, desde que seja fundada na verdade. Moro em São Vicente há 50 anos e sempre o tratei com educação e respeito. Espero reciprocidade, senão, de nada adianta “tirar o chapéu” para mim, como ele disse, porque parecerá falso e irônico, ao invés de elogioso.

MARCIO FRANÇA - SÃO VICENTE

## Faixa Viva

Em atenção ao leitor Gilberto Ruas, a CET-Santos agradece as sugestões sobre a “Faixa Viva” e informa

que o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, do Contran, recomenda que a alocação das faixas de travessia de pedestre deve respeitar sempre que possível o caminhar natural dos pedestres. Do contrário, a sinalização passa a não ser utilizada. O programa vai ganhar força nos próximos meses, com o objetivo de conscientizar motoristas e pedestres sobre a travessia segura nas faixas sem semáforos.

 SEC. COMUNICAÇÃO E RESULTADOS DA  
 PREFEITURA DE SANTOS

## CET e omissão



Faço eco às críticas dos leitores Enrique Lozano Borrás e Evandro Duarte, emitidas em cartas publicadas em 30 de outubro. É notória e plenamente comprovada a incompetência da CET em gerenciar e fiscalizar o trânsito de nossa

cidade. O caos que se vê todos os dias está aí à vista de todos. Pior do que a incompetência, porém, é a sua omissão, pois exemplos joram aos borbotões. Há mais ou menos um ano, a Rua Ângelo Guerra, no Boqueirão, passou a ter mão nos dois sentidos. Como primeira medida, deveriam ser colocadas duas placas de mão dupla avisando os motoristas dessa alteração, tanto na esquina da Rua Arthur Assis como na esquina com a avenida da praia. Por incrível que pareça, até hoje essas placas não foram colocadas. Liguei algumas vezes alertando sobre o fato, mas não deram a mínima importância e é comum vermos carros estacionados no lado não permitido, inclusive nas esquinas, gerando risco de acidentes.

JOSÉ LUIZ CARBONE - SANTOS

## Jogos Abertos

Infelizmente, nos últimos 16 anos os dirigentes santistas perderam a chance de fazer desta cidade a mais desportista do Brasil. Isso porque, se nesse período tivessem feito um trabalho de base, hoje estaríamos, com certeza, colhendo os frutos de um trabalho sério. Preferiram contratar jogadores em todas as modalidades preterindo os atletas oriundos de nossa cidade. Se o dinheiro usado para contratar atletas nesses 16 anos fosse aplicado no desenvolvimento de torneios, tipo Jacobas, pincelando atletas novos e dando condições para desenvolver alto rendimento, não estaríamos passando pelo vexame nos Jogos Abertos de Mogi das Cruzes.

AFONSO VALENTE FILHO - SANTOS

## Tribuna Livre

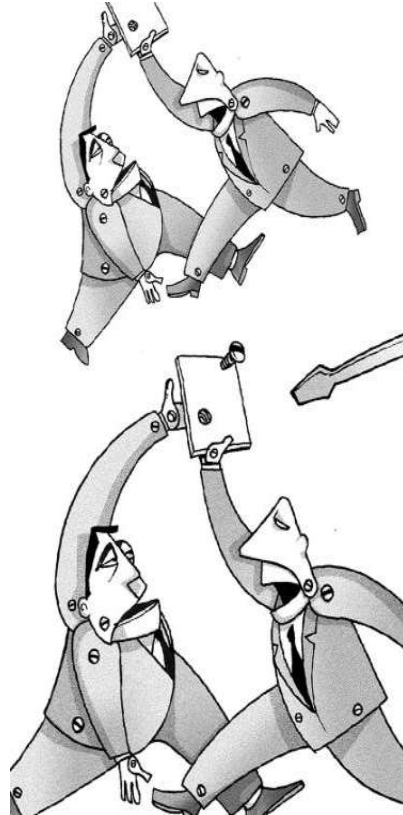
**RAFAEL MOREIRA DARDAQUE MUCINHATO**, Pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas - NUPPS/USP, Mestrando em Ciência Política, bacharel em Ciências Sociais e Licenciado em Sociologia pela USP

# Partidos políticos no Brasil

Os partidos políticos e o sistema partidário representam elementos centrais de um regime democrático e apesar disso uma série de pesquisas tem demonstrado a baixa confiança que os brasileiros depositam nestas instituições representativas. Nas disputas eleitorais, sobretudo naquelas de nível municipal, muitas vezes nem se percebe a sua presença nas eleições, quando candidatos são “lançados” e nem ao menos sabemos a qual partido estão filiados. Ademais, o discurso do senso comum argumenta sempre que os partidos são todos iguais. Nada mais distante da realidade.

A ciência política já provou que, apesar da percepção errônea de que na arena eleitoral os partidos aparecerem como tendo pouca importância, na arena parlamentar os partidos atuam sim de maneira ideológica, o que nos permite localizá-los dentro de um espectro que vai da esquerda à direita. Ou seja, os partidos políticos importam.

Além disso, critica-se constantemente a excessiva quantidade de legendas do nosso sistema partidário, sendo este um debate que reacendeu nas últimas semanas com o surgimento de duas novas siglas e com uma tentativa frustrada. Alcançamos assim a marca de 32 siglas em nosso sistema partidário, um número qualificado como excessivo por alguns. Do meu ponto de vista, outro argumento que deve ser relativizado. Não há uma “quantidade ideal” de partidos po-



líticos que uma democracia deveria ter. São várias as democracias consolidadas do chamado Primeiro Mundo que possuem mais partidos que o Brasil. Se considerarmos como critério a quantidade de “partidos registrados” estamos no final dessa lista.

Nosso sistema partidário normalmente é comparado com o sistema estadunidense, numa postura que muitas vezes tende a colocar as eleições nos EUA como um modelo a ser seguido. Acreditando

que o sistema partidário daquele país possui apenas dois partidos, argumenta-se que isso torna as disputas eleitorais mais acirradas, atraentes e politizadas. Essa é uma visão que também deve ser revista e alguns pontos deveriam ser esclarecidos. Poucos sabem, mas os EUA possuem mais partidos que o Brasil e há uma série de fatores ligados ao sistema eleitoral e ao espaço de exposição na mídia que condicionam essa percepção errônea. Ou você sabia que o estado de Nova Iorque possui um partido chamado “Partido do Aluguel Está Alto Demais”? Ou que o país possui um “Partido Comunista” e até um “Partido Pirata”?

Apenas a título de curiosidade, para que não se pense que os partidos nos EUA representam uma exceção, o Canadá já teve em sua história o “Partido dos Rinocerontes”; a Inglaterra possui o “Partido das Misses da Grã Bretanha” (contando com 137 partidos disputando votos nas últimas eleições gerais), e a Polônia já teve uma vez o “Partido dos Amantes da Cerveja”.

Em suma, nosso sistema partidário não representa uma exceção. Passamos por várias fases em nossa história política e nos últimos 50 anos fomos de um bipartidarismo artificialmente imposto para um pluripartidarismo amplo. Cabe a nós, eleitores, mapearmos o campo político de maneira mais informada e passarmos a considerar os partidos políticos como um elemento relevante na hora do voto.